

DE VOLTA ÀS ORIGENS: MAPEANDO OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELO CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE

Beatriz Rodrigues Sanchez¹

<https://orcid.org/0000-0003-1933-0029>

Resumo: O conceito de interseccionalidade tem ganhado cada vez mais centralidade tanto nas teorias quanto nos movimentos feministas contemporâneos. No entanto, a ideia de que diversos eixos de opressão marcam as experiências de vida das mulheres não é nova. A novidade talvez esteja no fato de que, com a formulação do conceito de interseccionalidade, essas preocupações ganharam um guarda-chuva teórico comum. Partindo desses pressupostos, o objetivo do artigo é mapear os caminhos percorridos pelo conceito de interseccionalidade, desde as primeiras formulações feitas por ativistas feministas negras nos Estados Unidos e no Brasil até a sua recepção no meio acadêmico.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Feminismos negros; Teorias feministas.

Recebido em: 29/04/2022

Aceito em: 11/10/2022

¹ Pós-doutoranda vinculada ao Programa Internacional de Pós-Doutorado (IPP) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Doutora e mestra em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: beatriz.rodrigues.sanchez@gmail.com

BACK TO THE ORIGINS: MAPPING THE PATHS TAKEN BY THE CONCEPT OF INTERSECTIONALITY

Abstract: The concept of intersectionality has gained centrality both in theories and in contemporary feminist movements. However, the idea that different axes of oppression mark women's life experiences is not new. The novelty may lie in the fact that, with the formulation of the concept of intersectionality, these concerns gained a common theoretical umbrella. Based on these assumptions, the objective of the paper is to map the paths taken by the concept of intersectionality, from the first formulations made by black feminist activists in the United States and Brazil to its reception in the academic environment.

Keywords: Intersectionality; Black feminisms; Feminist theories.

REGRESO A LOS ORÍGENES: MAPEANDO LOS CAMINOS RECORRIDOS POR EL CONCEPTO DE INTERSECCIONALIDAD

Resumen: El concepto de interseccionalidad ha ganado cada vez más centralidad tanto en las teorías como en los movimientos feministas contemporáneos. Sin embargo, la idea de que diferentes ejes de opresión marcan las experiencias de vida de las mujeres no es nueva. La novedad puede estar en el hecho de que, con la formulación del concepto de interseccionalidad, estas preocupaciones ganaron un paraguas teórico común. A partir de estos supuestos, el objetivo del artículo es mapear los caminos recorridos por el concepto de interseccionalidad, desde las primeras formulaciones realizadas por activistas feministas negras en Estados Unidos y Brasil hasta su recepción en el ámbito académico.

Palabras-clave: Interseccionalidad; Feminismos negros; Teorías feministas.

1. Introdução

*I have been woman
for a long time
beware my smile
I am treacherous with old magic
and the noon's new fury
with all your wide futures
promised
I am
woman
and not white.²*

(Audre Lorde)

O conceito de interseccionalidade tem ganhado cada vez mais destaque tanto nas teorias quanto nos movimentos feministas contemporâneos. No entanto, a ideia de que diversos eixos de opressão marcam as experiências de vida das mulheres não é nova. Mulheres como Sojourner Truth nos Estados Unidos e Maria Firmina dos Reis no Brasil, ainda no século XIX, demonstraram as especificidades das experiências de vida das mulheres negras ex-escravizadas, questionando a pretensa universalidade contida no sujeito 'mulher'. A novidade talvez esteja no fato de que, com a criação do conceito de interseccionalidade, essas preocupações ganharam um guarda-chuva teórico comum, inclusive com a criação de cursos e disciplinas específicas.

A categoria 'mulheres' tem recebido críticas das teorias e dos movimentos feministas negros e de outras vertentes feministas (como os feminismos decoloniais, por exemplo), tanto por ocultar formas de dominação além do sexismo quanto pelo perigo de essencialização que ela carrega (COLLINS, 2019; ANZALDÚA, 2005). Com relação à pluralidade das formas de opressão, teóricas e ativistas negras têm apontado que não somente o gênero, mas também a raça, a classe, a orientação sexual e outras categorias políticas fazem parte da constituição do sujeito "mulher" (DAVIS, 1981; GONZALEZ, 1988). No que diz respeito ao "perigo de essencialização", feministas historicamente têm demonstrado que não há nada de biológico nas desigualdades de gênero. Pelo contrário, foi a construção social dos estereótipos do que é considerado feminino e do que é considerado masculino que moldou a estrutura de opressão entre homens e mulheres (SCOTT, 2016).

² Trecho do poema "A woman speaks" de Audre Lorde. Tradução nossa: "Eu sou mulher / há muito tempo / cuidado com meu sorriso / Eu sou dissimulada, mágica velha / e a fúria nova do meio-dia / com todos os teus futuros largos / em promessa / Eu sou / mulher / e não branca".

Assim como o sujeito mulher não pode ser universal e deve ser visto a partir de sua construção social e histórica, os movimentos feministas também não são universais. Quando falamos sobre 'movimentos feministas', estamos nos referindo a um campo discursivo bastante heterogêneo, permeado por diversas identidades e posições políticas (ALVAREZ, 2014). Apesar de a classificação dos movimentos feministas em ondas partir de uma perspectiva hegemônica que deixou de lado as experiências de mulheres negras, a constituição dos movimentos feministas é caracterizada pela diversidade de perspectivas, de experiências e de trajetórias. O conceito de interseccionalidade pretende enfrentar esses dois desafios: o de não universalizar a categoria "mulheres" e o de contextualizar histórica e socialmente as diversas formas de opressão vivenciadas pelas mulheres.

Partindo desses pressupostos, o objetivo do presente artigo é mapear os caminhos percorridos pelo conceito de interseccionalidade, desde as primeiras formulações feitas por ativistas até a sua recepção no meio acadêmico. É comum que a formulação do conceito seja atribuída à Kimberlé Crenshaw (1989). Entretanto, as ideias contidas no conceito já tinham sido discutidas por ativistas e teóricas muito tempo antes. É essa trajetória que pretendemos resgatar. Para isso, desenvolveremos a crítica feita historicamente por teóricas e ativistas feministas ao feminismo que se pretende universal, qual seja, o feminismo branco, de classes dominantes e heterossexual. Como dito anteriormente, mesmo antes da formulação do conceito de interseccionalidade, feministas negras já demonstravam a existência de múltiplos eixos de opressão que impactam as vivências das mulheres. Apontavam também para o fato de que não existe hierarquia entre as diferentes formas de dominação e que, por isso, elas devem ser analisadas de maneira imbricada.

Uma questão importante quando o assunto é interseccionalidade está relacionada à conexão entre produção acadêmica e ativismo. É muito difícil separarmos as teorias feministas da atuação política dos movimentos feministas. Essa característica faz parte da própria essência dos estudos feministas que foram forjados a partir dos movimentos. Inclusive, em muitos casos, as teóricas feministas também são militantes feministas, como no caso de Angela Davis e Lélia Gonzalez, duas das teóricas que inspiraram este artigo. Tendo isso em vista, as autoras cujas obras foram selecionadas para análise neste trabalho são aquelas que em sua trajetória deixam mais evidente essa interface entre produção acadêmica e atuação militante.

A literatura sobre interseccionalidade, além de ser permeável aos movimentos feministas, é vasta e heterogênea. Neste artigo será construída uma narrativa que pretende acompanhar a produção do campo e seus principais conflitos e convergências a partir de teóricas estadunidenses e brasileiras. A escolha das feministas dos EUA se deve ao fato de que os debates desenvolvidos naquele país tiveram e continuam tendo grande influência sobre as teorias e movimentos feministas no Brasil, como revelam as próprias autoras abordadas ao longo do artigo e o movimento recente do mercado editorial brasileiro em traduzir as obras de teóricas feministas negras estadunidenses, como Angela Davis, Audre Lorde, Patricia Hill Collins e bell hooks³. Dessa

3 A autora bell hooks grifava o seu nome em letras minúsculas como forma de posicionamento político crítico, em que desejava dar destaque a suas ideias e não a sua pessoa, em uma postura de humildade epistemológica.

forma, desenvolvemos o argumento de que no mesmo período em que teóricas e ativistas estadunidenses discutiam sobre as vivências das mulheres negras, preocupação similar já fazia parte dos círculos acadêmicos e ativistas no Brasil.

O trabalho será dividido em quatro partes, além desta introdução. Em primeiro lugar, será apresentado o movimento denominado *Black feminism*, que teve origem nos EUA, e sua influência sobre a obra de teóricas como Angela Davis e bell hooks, autoras fundamentais do feminismo negro estadunidense. Em seguida, serão apresentados os debates desenvolvidos pelos feminismos negros no caso brasileiro, a partir do resgate do pensamento de Lélia Gonzalez, teórica e ativista feminista que foi pioneira em nosso país ao apontar as especificidades das opressões vividas pelas mulheres negras na sociedade de classes. Logo após, desenvolveremos o conceito de interseccionalidade, propriamente dito, da forma como tem sido formulado contemporaneamente por teóricas feministas e os principais embates teóricos e políticos contidos nessa agenda de pesquisa. Por fim, serão apresentadas algumas breves conclusões sobre os desafios que a interseccionalidade nos coloca tanto como campo teórico quanto prática política.

2. O *Black Feminism* e a interseccionalidade nos EUA

No ano de 1977 foi publicado nos EUA o texto de autoria do coletivo *Combahee River* intitulado *The Combahee River Collective Statement*. O coletivo *Combahee River* foi uma organização feminista composta por intelectuais e ativistas negras como Audre Lorde⁴, autora do poema que precede a introdução deste trabalho. A organização atuou em Boston, entre os anos 1974 e 1980, e uma de suas fundadoras foi a escritora e ativista Barbara Smith. Entre 1977, data da publicação do manifesto, e 1979, foram realizados sete acampamentos feministas para estimular a troca de ideias e fortalecer os movimentos feministas negros no país. Esse texto tem sido considerado o manifesto do movimento feminista negro nos EUA por ser um dos primeiros registros publicados sobre o tema e por reconhecidamente ter influenciado os trabalhos de autoras como Angela Davis, bell hooks e diversas outras.

Em seguida, vamos analisar alguns trechos do texto do manifesto para que possamos identificar como as ideias contidas no conceito de interseccionalidade formulado posteriormente já estavam presentes ali. Logo no início, as autoras declaram que:

A afirmação mais geral da nossa política no tempo presente seria a de que nós estamos ativamente comprometidas na luta contra as opressões racial, sexual, heterossexual e de classe, e vemos como nossa tarefa particular o

4 A obra de Audre Lorde apenas recentemente começou a ser traduzida para o português. O livro *Irmã outsider: ensaios e conferências*, por exemplo, foi publicado em 2019 pela editora Autêntica. Esse fato demonstra o quanto o mercado editorial brasileiro ainda é resistente à publicação de autoras negras, o que vem mudando nos últimos anos.

desenvolvimento de uma análise e prática integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão são interligados. A síntese dessas opressões cria as circunstâncias das nossas vidas⁵ (*Combahee River Collective Statement*, 1977, p. 1, tradução nossa).

Como é possível perceber a partir da leitura desse trecho, as ideias de que diversos eixos de opressão determinam as experiências de vida das mulheres e de que não há hierarquia entre eles foram afirmadas pelas feministas do *Combahee River Collective* na década de 1970, muito tempo antes da criação do conceito de interseccionalidade por Kimberlé Crenshaw, em 1989. O coletivo *Combahee River* também aponta nesse trecho a necessidade de integração entre a análise das opressões e a prática política, característica que, como veremos mais adiante, é fundamental para os estudos sobre interseccionalidade desenvolvidos posteriormente.

No documento, as autoras abordam outras quatro questões principais: a gênese do feminismo negro, os pontos de vista defendidos por elas, os problemas para a organização das feministas negras e, por fim, as práticas do feminismo negro. É interessante notar que, ao invés de utilizarem a expressão em inglês '*history*', as autoras usam o termo '*herstory*', indicando a origem sexista da palavra 'história'. Elas afirmam também que a origem do feminismo negro não pode ser localizada em indivíduos específicos, mas na luta coletiva de diversas mulheres e de suas ancestrais. Esse ponto é fundamental, uma vez que hoje em dia costuma-se creditar apenas uma autora pela criação do conceito de interseccionalidade, o que ignora toda essa produção coletiva anterior. Como iremos notar na seção sobre os feminismos negros no Brasil, a questão da ancestralidade também é fundamental para as feministas negras brasileiras.

O coletivo também critica a classificação do movimento feminista em ondas. De acordo com as autoras, essa classificação oculta a existência de outras vertentes do movimento feminista além do branco, como o feminismo negro e o feminismo lésbico. Assim, questionam a 'história oficial' do feminismo e apontam para a necessidade de revisão histórica e de incorporação de outras perspectivas. Um exemplo disso está no fato de que a segunda onda do feminismo geralmente é caracterizada como o momento no qual as mulheres entram no mercado de trabalho, sendo que as mulheres negras já faziam parte dele há muito tempo, mesmo que de maneira informal. Outro exemplo é a caracterização da primeira onda do feminismo como o momento da conquista do sufrágio feminino, o que ignora a existência da luta das mulheres negras pelo fim da escravidão no mesmo período. Portanto, a crítica à pretensa universalidade da categoria 'mulher', reafirmada posteriormente pelo conceito de interseccionalidade, também já estava presente no texto.

⁵ No original: "The most general statement of our politics at the present time would be that we are actively committed to struggling against racial, sexual, heterosexual, and class oppression, and see as our particular task the development of integrated analysis and practice based upon the fact that the major systems of oppression are interlocking. The synthesis of these oppressions creates the conditions of our lives".

O debate sobre as 'políticas de identidade' é outro aspecto abordado pelas autoras. Ao contrário do que afirmam algumas interpretações contemporâneas do conceito, que opõem equivocadamente as políticas identitárias ao questionamento da estrutura de classes, como em interpretações marxistas mais ortodoxas, a política de identidade possui um caráter radical intrínseco. Elas afirmam que a forma mais profunda e transformadora de se fazer política vem de suas próprias identidades e experiências e não somente da luta para pôr fim a outras opressões. Isso significa que a articulação das opressões vividas pelas mulheres negras e lésbicas, ou seja, pela vivência do racismo, do sexismo, do heterossexismo e do classismo, gera uma visão de mundo radical e emancipatória que outras pessoas não possuem, criando o que posteriormente foi denominado como privilégio epistêmico. Dessa forma, as políticas de identidade não são políticas meramente culturais ou fragmentárias, mas significam, do ponto de vista dessas mulheres, a superação de todas as formas estruturais de desigualdade. Assim, se as mulheres negras fossem livres, isso significaria que todas as outras pessoas teriam que ser livres porque a liberdade das mulheres negras implicaria a destruição de todos os sistemas de opressão.

Em 1981, quatro anos depois da publicação do manifesto do coletivo do Rio Combahee, Angela Davis publicou o livro *Mulheres, raça e classe*, traduzido para o português e publicado no Brasil apenas em 2016. Sobre isso, é interessante notar a recepção tardia das obras de teóricas feministas negras no contexto brasileiro. Essa incorporação é reflexo, entre outros elementos, da grande influência que essas autoras têm nos movimentos feministas brasileiros contemporâneos, principalmente nos movimentos de feministas negras jovens e periféricas (RIOS, 2017). Davis, assim como outras teóricas feministas, é um exemplo da aliança entre produção acadêmica e militância. Ela foi militante dos Panteras Negras e fez parte do Partido Comunista dos EUA. Em 1970, foi acusada de participar de ações armadas promovidas pelos Panteras Negras e presa. Após dezoito meses e devido a uma mobilização mundial através da campanha 'Libertem Angela Davis', foi inocentada de todas as acusações⁶. Além disso, Davis foi impedida de lecionar na Universidade de Califórnia por conta de sua ligação com o Partido Comunista. A autobiografia de Angela Davis, publicada nos EUA em 1974 e traduzida para o português apenas em 2019, foi escrita quando ela tinha 28 anos. Nesse livro, a autora deixa evidente a conexão entre produção teórica e prática política em sua trajetória, demonstrando como as duas dimensões estão intrinsecamente ligadas, além de criticar a suposta neutralidade da produção de conhecimento científico.

No livro *Mulheres, raça e classe*, essa aliança entre militância e produção acadêmica também é demonstrada de modo exemplar. Considerado um clássico do pensamento feminista, o livro apresenta como as opressões de classe, gênero e raça se entrecruzam e criam barreiras para a liberdade das mulheres negras. Davis inicia o livro com uma retomada histórica da escravidão nos EUA e da importância desse processo para o entendimento da contemporaneidade e do capitalismo racial. De acordo com a autora, a existência do regime escravocrata impossibilita a análise da sociedade estadunidense sem a consideração de sua dimensão racial. Como veremos a seguir, as autoras feministas negras brasileiras também deram

⁶ Essa história é contada no filme 'Libertem Angela Davis' dirigido por Shola Lynch e lançado em 2013.

centralidade para a escravidão na análise das opressões sofridas pelas mulheres negras e da sociedade brasileira de modo geral.

Angela Davis também aponta para o fato de que a opressão de classe não tem primazia sobre outras formas de opressão. No artigo *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*, fruto de uma Conferência realizada no dia 13 de dezembro de 1997, em São Luís (MA), essa articulação entre gênero, raça e classe, já apontada no livro de 1981, é apresentada da seguinte maneira:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 1997).

Davis, concordando com as feministas do coletivo *Combahee River*, afirma que as mulheres negras têm um papel essencial na luta contra as desigualdades porque são representantes de um dos grupos mais atingidos pelas consequências nefastas do capitalismo. Isso significa que as mulheres negras foram e são obrigadas a entender, para além de suas próprias opressões, as sofridas por outros grupos. No livro *Mulheres, raça e classe* ela analisa a história das mulheres negras nos EUA desde uma perspectiva marxista, partindo da análise da escravidão em seu país e indo até a crítica do capitalismo moderno. Davis aborda diversas questões caras aos movimentos feministas desde a perspectiva das mulheres negras. Aponta para o racismo do movimento sufragista nos EUA, aspecto pouco debatido até hoje pelos movimentos feministas. Aborda também o tema da violência contra as mulheres e como o estupro de mulheres negras por homens brancos tem sido uma forma de opressão frequente. Ademais, discute as políticas de controle de natalidade a partir do paradigma dos direitos reprodutivos. Como ocorrido no Brasil, os EUA também adotaram políticas de esterilização involuntária, uma forma racista de controle da natalidade em massa. Assim, para as mulheres negras, a luta pelo direito de planejar a gravidez e por medidas legais e facilmente acessíveis que possibilitassem o aborto teve necessariamente que ser acompanhada pelo fim da prática abusiva da esterilização⁷.

Em nenhum momento do livro Davis utiliza o conceito de interseccionalidade. No entanto, as ideias de que as opressões de gênero, de raça e de classe devem ser consideradas pelos movimentos feministas e de que não existe hierarquia entre esses diferentes eixos da opressão permeiam todo o texto. Essa é mais uma evidência de que, como demonstrado também pelas feministas do coletivo *Combahee River*, mesmo antes da criação do conceito de

7 Este ponto também é abordado por feministas negras brasileiras na Declaração de Itapeccerica da Serra, documento produzido como resultado do Seminário Nacional Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, ocorrido em 1993.

interseccionalidade e da institucionalização dos estudos interseccionais, teóricas e militantes feministas já adotavam os princípios que guiam o conceito até hoje.

A ideia de que não existe hierarquia de opressão, fundamental para o conceito de interseccionalidade, também foi reforçada pela obra de Audre Lorde. No texto intitulado justamente “Não existe hierarquia de opressão”, publicado originalmente em 1983⁸, pouco tempo depois da publicação do livro de Davis, Lorde afirma:

O machismo (uma crença na superioridade inerente de um sexo sobre todos os outros e, portanto, seu direito à dominância) e o heterossexismo (uma crença na superioridade inerente de uma forma de amor acima de todas as outras e, portanto, seu direito à dominância) emergem ambos da mesma fonte que o racismo – uma crença na superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras e, portanto, seu direito à dominância (LORDE, 1983, p. 63).

Dessa forma, Lorde demonstra como as opressões de gênero, orientação sexual e raça (e aqui poderíamos acrescentar as de classe) operam a partir de uma mesma lógica baseada na ideia de que existiriam pessoas que seriam inerentemente superiores a outras e, por isso, teriam o direito de dominá-las.

Outra autora que produziu textos na mesma época sobre o tema das diversas formas de opressão foi bell hooks. Poucos anos depois da publicação de *Mulheres, raça e classe*, hooks publicou o livro *Feminist theory: from margin to center*, em 1984, traduzido para o português e publicado no Brasil apenas em 2019. Na dedicatória do livro, ela cita Angela Davis, o que demonstra a proximidade entre as duas autoras e a influência mútua que uma exerceu sobre a outra. De acordo com hooks, o que a motivou a escrever o livro, que hoje também é considerado um clássico da teoria feminista, foi o fato de que as teorias feministas hegemônicas eram produzidas por mulheres de grupos privilegiados que viviam no centro, cujas perspectivas raramente incluíam os conhecimentos produzidos por mulheres e homens que viviam à margem da sociedade. Como consequência, faltava às teorias feministas uma compreensão total da realidade e uma análise capaz de compreender a variedade das experiências humanas.

hooks demonstra, ao longo do livro, como a consideração da interação entre gênero, raça e classe mudou a direção do movimento e da prática feminista hegemônica que até então afirmavam que o gênero era o principal determinante das experiências de vida das mulheres. Atualmente, a maioria das teóricas e militantes feministas concordam com o fato de que devemos considerar o machismo, o racismo e a opressão de classe como fatores imbricados. No entanto, como afirma a própria autora, na época em que o livro foi escrito, ou seja, em 1981, a maioria das teóricas feministas, brancas e de classes privilegiadas, eram hostis a essa perspectiva. hooks lembra que feministas que defendiam a conexão entre gênero, raça e classe eram acusadas de

8 Esse texto faz parte da coletânea de textos de Audre Lorde *Sou sua irmã*, publicado no Brasil, em 2020, pela editora Ubu.

serem traidoras e de tirarem o foco daquilo que realmente importava. As feministas negras eram acusadas pelas feministas brancas de desviarem o foco do que, para elas, seria a questão central, ou seja, as opressões de gênero. Por outro lado, elas eram acusadas pelo movimento negro de desviarem a atenção do que realmente importava, ou seja, as opressões de raça. Como resposta a essas críticas, o compromisso em criar uma teoria feminista negra capaz de abordar as mais variadas preocupações feministas e antirracistas está no cerne do livro.

bell hooks utiliza, ao longo do livro, uma linguagem acessível a todas, todos e todes que nunca tiveram contato com os debates teóricos feministas. Essa decisão faz parte do projeto revolucionário da autora que defende que uma revolução feminista que combata o patriarcado apenas será possível se toda a sociedade tiver consciência da importância da luta feminista. Essa proposta também está presente em outro livro da autora publicado no Brasil em 2018, *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Com esse projeto político e intelectual, a autora critica teóricas feministas que falam apenas para uma elite intelectual de classes privilegiadas que não é capaz de democratizar o acesso à produção do conhecimento.

O livro de bell hooks, *Teoria feminista: da margem ao centro*, teve papel fundamental no apontamento dos limites do feminismo hegemônico no que diz respeito à incorporação das perspectivas das mulheres negras. A crítica à categoria universal 'mulheres' é feita a partir da inclusão das mulheres negras na teoria e prática feministas. A autora aponta para a existência de relações de opressão entre as mulheres e para o frequente silenciamento das mulheres negras. De acordo com ela, o ponto de vista dessas mulheres, em oposição a um suposto 'nós' baseado na perspectiva de mulheres brancas de classes privilegiadas, é fundamental para a construção de um projeto político feminista radical.

É importante ressaltar que nem as feministas do coletivo *Combahee River*, nem Angela Davis, nem bell hooks apontaram para a necessidade de inclusão de outros marcadores sociais da diferença como idade, território e deficiência, por exemplo. Essas autoras consideraram as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade (essa última, principalmente, no caso do coletivo *Combahee River*) como os eixos estruturais e estruturantes da dominação. No entanto, trabalhos mais recentes sobre interseccionalidade, principalmente no âmbito da Antropologia, como veremos adiante, têm apontado para outras dimensões das opressões que devem ser considerados na análise. Após a reconstrução da trajetória de parte das ideias que deram origem ao conceito de interseccionalidade nos EUA, vamos analisar o caso brasileiro, considerando as diferenças e semelhanças com o caso estadunidense.

3. As teóricas do feminismo negro no Brasil e o pioneirismo de Lélia Gonzalez

Ao mesmo tempo em que o coletivo *Combahee River* e, posteriormente, Angela Davis, bell hooks e outras teóricas feministas estadunidenses afirmavam a necessidade de incorporação da dominação de classe e de raça em um projeto político feminista radical, no Brasil, teóricas e ativistas como Lélia Gonzalez caminhavam na mesma direção. A trajetória de Lélia Gonzalez se

confunde com a trajetória das primeiras organizações de mulheres negras brasileiras (RATTS; RIOS, 2010). Nascida no ano de 1935, em Belo Horizonte, filha de uma trabalhadora doméstica de ascendência indígena e de um trabalhador ferroviário negro, entrou na universidade em meados dos anos 1950, quando teve contato com o movimento negro pela primeira vez. Lélia Gonzalez foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), o que revela sua atuação tanto no movimento negro quanto no movimento feminista.

Na década de 1980, na reunião do Grupo de Trabalho “Temas e problemas da população negra no Brasil”, no IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), o principal evento acadêmico das Ciências Sociais no Brasil, Lélia Gonzalez apresentou o texto intitulado *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Em um trecho do texto a autora afirma:

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações (GONZALEZ, 1984, p. 225).

Nesse trecho, Lélia Gonzalez aponta as especificidades das opressões vividas por mulheres negras e critica as Ciências Sociais brasileiras por, de maneira geral, incorporarem a crítica ao racismo apenas a partir de uma perspectiva econômica, não levando em consideração outras dimensões da opressão. Além disso, a autora defende que a articulação entre as categorias de raça, classe, sexo⁹ e poder é necessária para que as estruturas de dominação da sociedade possam ser diferenciadas. Dessa forma, racismo, sexismo e classismo são, para ela, eixos estruturantes da dominação, e sua imbricação faz com que as mulheres negras pobres ocupem, na estrutura social, uma posição desigual em relação às mulheres brancas e de classe média. Isso significa que, para Lélia Gonzalez, nenhum movimento de mulheres pode ser considerado realmente feminista se não levar em consideração as especificidades vividas pelas mulheres negras.

Assim como Angela Davis, Lélia Gonzalez defende que a escravidão foi uma forma de dominação que estruturou e continua estruturando a maneira pela qual as opressões entre brancos e negros acontecem no Brasil. Assim, as duas autoras concordam que a experiência histórica da escravidão deve ser o ponto de partida fundamental para explicar tanto as teorias quanto as lutas das feministas negras. No entanto, o contexto brasileiro possui características particulares que devem ser levadas em consideração. A ideologia da democracia racial, sustentada por alguns teóricos brasileiros como Gilberto Freyre, e o consequente ideal de mestiçagem serviram para encobrir a opressão racial vivida pela população negra. Esses autores, ao romantizarem a mestiçagem, ignoraram o fato de que ela foi fruto muitas vezes do estupro de

9 Como podemos perceber, Lélia Gonzalez não utilizava a categoria ‘gênero’ em seus textos. Isso pode ter relação com o fato de que essa categoria, por ter sido forjada nos países anglo-saxões, ainda não havia sido recepcionada pela academia brasileira.

mulheres negras. Outra característica do racismo no Brasil, de acordo com a autora, diz respeito à ideologia do branqueamento, ou seja, ao desejo de embranquecer internalizado pela população negra que negaria sua própria raça e cultura.

Lélia Gonzalez também é conhecida por ter criado o potente conceito de amefricanidade. Esse conceito parte de uma perspectiva decolonial e pretende retomar o contexto da diáspora negra e do extermínio das populações indígenas. Ele recupera as histórias de luta e resistência dessas populações contra a violência do poder colonial. É uma proposta epistemológica que pretende repensar a produção do conhecimento desde dentro desses grupos, criticando perspectivas centradas na Europa (CARDOSO, 2014). É uma abordagem que tem como objetivo conectar diversas formas de dominação, como o racismo, o colonialismo, o imperialismo e seus efeitos. Nesse ponto, fica evidente o diálogo, mesmo que não explícito, de Lélia Gonzalez com as teóricas da epistemologia do ponto de vista, como Donna Haraway (1988, 1995) e Sandra Harding (1991), que criticam a suposta neutralidade do conhecimento e consideram as experiências vividas como uma dimensão fundamental da produção científica. Assim como a *stand point theory* (ou a teoria do ponto de vista, que será abordada mais adiante), Lélia Gonzalez criticou em sua obra a suposta neutralidade da produção científica ressaltando que todo conhecimento é situado. No caso das teorias feministas, a autora demonstrou as particularidades características das vivências das mulheres negras que o feminismo branco e europeu não foi capaz de enxergar (GONZALEZ, 1988). Ela afirma, por exemplo, que falar sobre divisão sexual do trabalho sem considerar seu componente racial é recriar um tipo de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco.

O conceito de amefricanidade possui relação direta com a noção de ancestralidade, tão cara aos movimentos feministas negros. A amefricanidade pretende resgatar os espaços fundadores da ancestralidade mítica negra como os quilombos, no caso brasileiro. Tais experiências são vistas pela autora como um patrimônio da diáspora africana que deve ser cultuado e valorizado. Por isso, os escritos de Lélia Gonzalez referem-se constantemente à figura de Zumbi dos Palmares como fonte de inspiração histórica para as lutas e demandas do movimento negro (BAIRROS, 2006).

Outra teórica e ativista feminista negra que se dedicou a reconstruir a história brasileira a partir da perspectiva da população negra e dos quilombos foi Beatriz Nascimento. O seu projeto teórico-político teve como objetivo inserir as pessoas negras como sujeitas da História, rompendo com a narrativa da história oficial de que a escravidão se apoiou na submissão das pessoas escravizadas. Pelo contrário, a autora, colocando os quilombos no centro de sua análise, demonstra como as pessoas escravizadas resistiram às diversas formas de dominação. De acordo com Nascimento (2018, p. 190):

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso e

mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias da destruição.

Como demonstra Nascimento, os quilombos eram mais do que lugares para onde as pessoas escravizadas fugiam. Eram territórios em que formas de resistência alternativas e outras maneiras de organização social e de construção de subjetividades e afetos aconteciam. Por isso, as produções de teóricas e ativistas negras retomam o conceito de quilombo, não somente como um lugar geográfico, mas como contraponto às estruturas de dominação características do *status quo*.

Voltando à obra de Lélia Gonzalez, a autora se dedicou a analisar a construção social da categoria raça. Parafraseando a famosa frase de Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo* (1980), “Não se nasce mulher, torna-se”, Gonzalez afirma que “não se nasce negro, torna-se”. Dessa forma, a autora faz uma crítica a noções essencialistas ou biológicas de raça, argumentando que essa é uma construção social. Além disso, a autora afirma que tornar-se negro é um processo de descoberta e não um dado biológico. Ao mesmo tempo, a partir dessa reconstrução da frase de Beauvoir, critica mais uma vez as ideologias da democracia racial e do branqueamento, demonstrando a dificuldade de tornar-se negro em um país que, apesar de no discurso celebrar a mestiçagem, discrimina seus cidadãos com base em opressões de cor, sexo e classe.

A seguir, tendo em vista as discussões apresentadas até aqui a partir da análise das obras de teóricas feministas pioneiras, tanto nos EUA quanto no Brasil, desenvolveremos o conceito de interseccionalidade da maneira como tem sido abordado na contemporaneidade e analisaremos a institucionalização do campo de estudos interseccionais.

4. A interseccionalidade enquanto campo de estudos institucionalizado e prática política

Como foi possível perceber até aqui, teóricas e militantes feministas, tanto nos EUA quanto no Brasil, já haviam criticado a universalidade da categoria ‘mulheres’ apontando para outros eixos de opressão que incidem sobre as experiências de vida das mulheres negras. Defenderam também que não há hierarquia entre essas diversas formas de opressão e que, portanto, não é possível determinar qual delas é mais fundamental. No entanto, a emergência de uma agenda de pesquisa fundada na interseccionalidade das relações sociais, inclusive com a criação de instituições de pesquisa voltadas especificamente para essa abordagem, aconteceu alguns anos depois.

A teórica reconhecida como a fundadora do conceito de interseccionalidade é Kimberlé Crenshaw, jurista estadunidense, que em 1989 utilizou o termo pela primeira vez no texto *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. Crenshaw, nesse texto, defende que o conceito de interseccionalidade não é uma noção abstrata, mas uma descrição da maneira pela qual as

múltiplas formas de opressão vividas têm impacto sobre as ações jurídicas. Em um texto publicado no Brasil em 2002, a autora (CRENSHAW, 2002, p. 177) apresenta uma definição do conceito:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Crenshaw utiliza o caso da empresa General Motors como exemplo para a defesa da importância de uma perspectiva interseccional. Nesse caso, cinco mulheres negras processaram a empresa por discriminação de raça e de gênero nas contratações. A interpretação dos tribunais foi a de que as mulheres não podiam provar a discriminação de gênero porque a empresa contratava mulheres brancas e também não podiam provar a discriminação racial porque homens negros eram contratados. No entanto, nenhuma mulher negra havia sido contratada. Dessa forma, pelo fato de os juízes não adotarem uma abordagem interseccional, as mulheres negras acabaram caindo em uma espécie de ponto cego da análise.

Esse caso demonstra a preocupação da autora com a adoção de ações legais capazes de combater a discriminação contra as mulheres negras. Essa perspectiva jurídica sobre a interseccionalidade acabou influenciando a produção acadêmica que adotou o conceito, tanto em uma perspectiva teórica quanto metodológica. Crenshaw recebeu críticas por enfatizar as dimensões de gênero e raça em detrimento da classe, o que teria retirado o caráter econômico e material das desigualdades (HIRATA, 2014). O debate contemporâneo sobre interseccionalidade cria tensões entre as autoras no que diz respeito a quais seriam as dimensões estruturantes da opressão. Algumas defendem que gênero, raça e classe formam uma tríade fundamental enquanto outras acreditam que elementos como idade, deficiência e religião também devem ser incorporados à análise (VIVEROS, 2016).

Essas disputas teóricas e políticas não chegaram e, provavelmente, não chegarão a nenhum consenso. No que diz respeito à dimensão da pesquisa empírica, o importante é identificar quais dessas dimensões são relevantes para a análise de determinado fenômeno social. Pode ser que, para um determinado processo, raça e classe tenham mais importância do que o gênero, enquanto que, em outros momentos, o gênero pode ganhar importância fundamental. Um exemplo seria a distribuição do financiamento de campanhas eleitorais. Estudos têm demonstrado como pessoas negras, homens e mulheres, têm recebido menos dinheiro dos partidos do que pessoas brancas (CAMPOS;MACHADO, 2020). Nesse caso, a raça tem tido mais relevância do que o gênero para explicar essa forma de desigualdade. Cabe, portanto, à pesquisadora fazer essa distinção e verificar, para seu objeto de análise, quais são os marcadores

sociais de desigualdade que mais importam. Nesse sentido, a interseccionalidade pode ser considerada um conceito de geometria variável.

Como defendido por Patricia Hill Collins (2015), o conceito de interseccionalidade pode ser interpretado a partir de três dimensões que compõem um projeto de conhecimento amplo e radical. Em primeiro lugar, a interseccionalidade pode ser considerada um campo de estudos teóricos que, recentemente, tem sido institucionalizado dentro das universidades, contando, inclusive, com centros de pesquisa dedicados exclusivamente a essa temática. Em segundo lugar, a interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta metodológica utilizada para analisar objetos específicos em determinadas circunstâncias. Por fim, a interseccionalidade pode ser vista como uma forma de prática política utilizada por militantes e movimentos sociais para articular as lutas contra as diversas formas de opressão estruturais que caracterizam a sociedade. Collins (2015) considera que essa última dimensão é aquela que tem sido menos considerada por teóricas feministas e é a que representa uma maior ameaça ao *status quo*. Isso quer dizer que a institucionalização da interseccionalidade como campo de estudos e a utilização deste conceito como ferramenta metodológica vieram acompanhadas da perda de seu caráter crítico inicial. A crítica radical contida nas primeiras obras que consideraram a diversidade das experiências das mulheres, antes mesmo da criação do conceito de interseccionalidade, como demonstrado por Angela Davis, bell hooks e Lélia Gonzalez, foi sendo deixada de lado com o passar do tempo e as teóricas da interseccionalidade foram se distanciando dos movimentos sociais e da dimensão da prática política.

A interseccionalidade, enquanto um projeto de conhecimento, dialoga diretamente com as teóricas feministas que defendem a epistemologia do ponto de vista. A *stand point theory*, como dito anteriormente, defende que a produção do conhecimento não é neutra e que o lugar ocupado por nós na estrutura social influencia a maneira pela qual olhamos para o mundo. Essa mesma ideia está presente no conceito de “saberes localizados” desenvolvido por Haraway (1995). Para essas autoras, o ponto de vista defendido por perspectivas positivistas de que seria possível produzir uma ciência que separe totalmente o pesquisador de seu objeto de estudo é ideológica, já que essa separação total é impossível.

As teóricas da interseccionalidade compartilham dessa visão ao afirmarem que a imbricação dos diversos eixos de opressão produz pontos de vista diferenciados que devem ser considerados igualmente válidos e científicos (BIROLI; MIGUEL, 2015). Isso significa que as diversas perspectivas sociais devem ser incluídas no debate e consideradas igualmente legítimas. É válido ressaltar que a epistemologia do ponto de vista não significa a ausência de diálogo entre os diferentes grupos sociais, nem a impossibilidade da fala. Pelo contrário, ela requer o reconhecimento da existência de relações de poder para que o diálogo entre as pessoas seja possível.

Ange Marie Hancock (2007), por sua vez, propõe que a interseccionalidade seja formalizada como teoria normativa, por um lado, e como investigação empírica, por outro. A autora afirma que todos os processos sociais complexos são compostos por mais de uma categoria de diferenciação, mas as relações entre as categorias são variáveis e abertas para a

análise empírica. Outra característica da interseccionalidade está no fato de que ela articula diversos níveis de análise que incluem desde o indivíduo até as instituições, combinando questões macrossociológicas e microssociológicas. A articulação entre esses diferentes níveis é uma tarefa que deve ser levada em consideração pelas pesquisadoras da interseccionalidade nas diversas disciplinas.

As discussões apresentadas até aqui permitem afirmar que o surgimento do campo dos estudos interseccionais a partir da criação do conceito de interseccionalidade por Kimberlé Crenshaw teve como precedente as obras de autoras pioneiras como Angela Davis, bell hooks e Lélia Gonzalez. Essas autoras já apontavam para o fato de que existem diversos eixos de opressão que influenciam as experiências de vida das mulheres e de que não deve existir hierarquia entre eles, ideias que têm sido reforçadas e aprofundadas pelos estudos interseccionais contemporâneos. Assim, a afirmação de que a criação do conceito de interseccionalidade é recente deve considerar que os princípios fundamentais contidos no conceito possuem uma longa trajetória coletiva de pensamento e de prática política. Além disso, é importante ressaltar o fato de que o campo de estudos interseccionais é permeado por conflitos teóricos e políticos que ainda estão em disputa por teóricas e ativistas feministas. Portanto, essa agenda de pesquisa continua sendo inovadora e promissora não somente para o campo dos estudos feministas, mas para as Ciências Humanas e para a Ciência Política de maneira geral.

5. Considerações finais

Os estudos sobre interseccionalidade têm ganhado centralidade no campo dos estudos feministas e nas Ciências Humanas de maneira geral. A criação de centros de pesquisa voltados especificamente para esse tipo de abordagem e a utilização de recursos metodológicos interseccionais nas pesquisas empíricas são reflexo desse fenômeno. Parte dos movimentos feministas contemporâneos também tem defendido uma perspectiva interseccional em sua prática política, e algumas ativistas feministas se autodenominam feministas interseccionais.

Contudo, a recente institucionalização do campo de estudos sobre interseccionalidade não significa que a análise imbricada das opressões é algo recente, pelo contrário, teóricas feministas, tanto nos EUA quanto no Brasil, desde pelo menos a década de 1970, têm criticado a universalidade da categoria 'mulheres', que, em sua origem teórica, partiu de uma perspectiva hegemônica branca, heterossexual e das classes dominantes e acabou ocultando os pontos de vista de outras mulheres. Além disso, essas autoras argumentaram que não existe hierarquia entre as formas de opressão.

No que diz respeito à conexão entre teoria e prática política, as obras das pioneiras Angela Davis, bell hooks e Lélia González são um exemplo de como articular militância e produção teórica a partir de uma abordagem que, hoje em dia, chamamos de interseccional. A trajetória de vida dessas mulheres demonstra a impossibilidade de separarmos o posicionamento da pesquisadora

de seu objeto de estudo, reforçando a ideia de que todo conhecimento é situado, como afirmam as teóricas do ponto de vista.

Ao longo do artigo, apontamos algumas das principais contribuições das obras de teóricas e ativistas negras nos EUA e no Brasil a partir de uma retomada de seus textos centrais e dos principais conceitos desenvolvidos por elas. Em seguida, apresentamos os limites e as disputas em torno do conceito de interseccionalidade que, a partir da obra de Kimberlé Crenshaw, foi incorporado ao campo dos estudos feministas, com a criação de programas e disciplinas específicas sobre esse tema.

Alguns desafios permanecem para aquelas que pretendem desenvolver a interseccionalidade enquanto projeto de conhecimento amplo e radical, como defendido por Patricia Hill Collins. O primeiro deles diz respeito a quais categorias devemos considerar relevantes em uma análise interseccional. Essa variação depende do objeto de análise e de seu contexto histórico e social. O segundo desafio está na retomada do potencial crítico da interseccionalidade que estava presente na obra das autoras e ativistas pioneiras, mas que acabou sendo deixado de lado por parte das teóricas feministas contemporâneas, que se preocuparam mais com a institucionalização do campo do que com uma prática política interseccional que fosse, de fato, emancipatória para todas as mulheres.

Referências

- ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, 2014.
- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, vol. 3 n. 3, 2005, p. 704-719.
- BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2006.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Revista Mediações**, v.20 n.2, p. 27-55, 2015.
- CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. **Raça e eleições no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- CARDOSO, Cláudia. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, vol. 22, no. 3, 2014.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's definitional dilemmas. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.

Combahee River Collective. **The Combahee River Collective statement**. [1978]. In: Smith, B. (org.). Home girls: a black feminist anthology. New Jersey, Rutgers University Press, pp. 264-274, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, pp. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, 10 (1): 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Women, race and class**. Nova York: Vintage Books, 1981.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Portal Geledés** [online], 1997. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>

DAVIS, Angela. **Uma autobiografia**. São Paulo: Boitempo, 2019.

GELEDÉS. Declaração de Itapeverica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras. **Geledés**. Acervo da ONG Criola, Rio de Janeiro, 1993.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. *et al.* Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional, Santiago**, v. 9, p. 133-141, 1988.

HANCOCK, Ange-Marie. Intersectionality as a normative and empirical paradigm. **Politics and Gender**, 3(2), 248-254, 2007.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the sciences question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, 14 (3): 575-599, 1988.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. **Whose science, whose knowledge?** Thinking from women's lives. Ithaca, ny, Cornell University Press, 1991.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Revista Tempo Social**, v. 26, no. 1, 2014

hooks, bell. **Feminist theory: from margin to center**. Boston: South End Press, 1984.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 2018.

LORDE, Audre. **The collected poems of Audre Lorde**. W.W. Norton and Company Inc., 1997.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LORDE, Audre. **Sou sua irmã**: escritos reunidos. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual**: possibilidade nos dias de destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2010.

RIOS, Flavia. **A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras**: da ditadura militar à democracia. In: Eva Blay; Lucia Avelar. (Org.). 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile. 1a.ed.São Paulo, São Paulo, Brasil: Edusp, v. 1, p. 227-253, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Cadernos de História**, vol.11, n. 11, p.9-39, Recife: UFPE, 2016.

VIVEROS, Mara. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Revista Debate Feminista**, v.52, 2016.